



## **PROPOSTAS – PSOL - 2018**

## DIRETRIZES PARA O PLANO DE GOVERNO - PSOL

Passamos por um período de intensa crise no nosso país. Temos enfrentado altas taxas de desemprego, a redução dos salários, cortes na previdência social, congelamento de investimento nas (já precárias) áreas de saúde e educação públicas, o que faz com que, se de um lado a pobreza aumenta, de outro a proteção social se reduz. Além disso, o meio ambiente pede socorro! O cerrado e a floresta Amazônica vem sofrendo danos que podem ser irreversíveis e colocar em risco, a longo prazo, as condições de vida nestas regiões.

O Partido Socialismo e Liberdade entende que a crise que hoje passamos é a crise do sistema econômico pautado pelos bancos, industriários e latifundiários que, em nome de seus lucros privados colocam em risco a vida e a forma de viver de toda sociedade matogrossense.

É chegada a hora de darmos um basta! A crise que enfrentamos requer rupturas profundas com o padrão econômico que aqui foi constituído a partir dos interesses das elites. É preciso que o povo mato-grossense retome para si os destinos do Estado! E coloque a riqueza do Estado em função das suas necessidades! Hoje os lucros dos campos e das cidades vão para os bolsos de meia dúzia de famílias. Defendemos um projeto em que ele sirva para o bem-estar da população. Apresentamos aos mato-grossenses um plano de governo que contemple a maioria dos que aqui vivem e trabalham.

O documento está dividido em uma **introdução** que o contextualiza de acordo com as resoluções estaduais do Partido e seis eixos, cada um com diagnóstico e propostas: **1. Estado; 2. Trabalho, Educação, Ciência e Tecnologia; 3. Cidades; 4. Opressões e 5. Territórios e Meio Ambiente; 6. Esporte, Cultura e Lazer.**

## **Introdução**

Nesta seção estão as resoluções aprovadas durante o **Sexto Congresso Estadual do PSOL em Mato Grosso** e que constituem a compreensão coletiva do Partido acerca da conjuntura que estamos atravessando.

Estamos diante do aprofundamento da crise econômica, política, social e ecológica mundial do capitalismo, na qual a vida da população trabalhadora explorada e oprimida está subordinada à manutenção dos lucros. A intensificação das violências e a retirada brutal de direitos são as saídas apontadas pelos capitalistas (e em especial pela elite nacional entreguista) para a crise. Medidas de austeridade, desemprego, inflação, arrocho, colapso dos serviços públicos, desastres e crimes ambientais tornaram-se o cotidiano na vida de trabalhadores. Por isso apoiaremos a luta dos trabalhadores e populações oprimidas pelo mundo, contra os ataques da burguesia.

No Brasil, a situação não é diferente, os partidos da ordem (PT, PSDB, PMDB, etc.), o empresariado e agronegócio aplicam um programa de retirada de direitos e recessão econômica, que só faz aumentar a exploração sobre o trabalho. Atualmente o Governo de Michel Temer (PMDB) vem ampliando a terceirização e a reforma trabalhista, reduzindo os direitos da previdência, a revisão da demarcação de terras indígenas e quilombolas, contenção dos investimentos públicos pelos próximos vinte anos (EC 95/2016), entre outros, são ataques duros contra os trabalhadores. Deste modo, devemos ampliar nossa inserção nos movimentos sociais e sindical, para derrotar os ataques neoliberais e anular as contrarreformas, que tem trazido inúmeros retrocessos.

A ascensão de Michel Temer à presidência, orquestrado por alguns setores da burguesia, representou a falência da estratégia de conciliação de classes aplicada pelos governos do PT no Brasil. Para construir sua governabilidade, o PT escolheu se aliar aos mais diversos setores da classe dominante brasileira - latifundiários, grandes empresários, banqueiros – e a partidos que os representam. A aposta foi de uma política do ganha-ganha, onde as insuficientes políticas sociais só eram possíveis com a manutenção dos enormes lucros dos ricos. Nenhum enfrentamento real aos privilégios de classe construídos historicamente pelas oligarquias brasileiras foi feito, seguindo à risca a política fiscal e monetária dos capitalistas, subsidiando o agronegócio e o grande capital. Toparam também as regras do jogo do sistema político corrupto brasileiro, financiando suas campanhas por grandes empresas como a Odebrecht e JBS e corroborando com sua ingerência na política estatal. Devido a intensificação da crise econômica, para setores da burguesia brasileira, não poderia haver riscos de setores trabalhistas e populares da base atrapalharem as contrarreformas neoliberais.

A desigualdade social cada vez mais profunda e as opressões cotidianamente vividas por nós no estado de Mato Grosso têm sua raiz, sua origem, na colonização latifundiária, patriarcal, escravista, extrativista e coronelista. Atualmente, com o capitalismo financeiro, a soja, o boi e o minério produzidos no estado são especulados nas bolsas de valores, exportados para outros países, principalmente para a China, e o lucro destas matérias-primas exportadas é acumulado por fazendeiros e pelas multinacionais. Devido ao imenso monopólio das terras e dos negócios em Mato Grosso e com as isenções de impostos ao agronegócio, pouquíssima parte dos lucros

bilionários obtidos no estado é revertida para a economia local e para políticas que poderiam melhorar as condições de vida de nós trabalhadores.

O desenvolvimento não pode se limitar ao crescimento das riquezas, mas ao desenvolvimento da sociedade como um todo, combatendo a desigualdade social. Essa política terá força quando identificarmos os atores e atrizes para essa transformação social, que parte da necessidade de superação da lógica do Estado voltado aos interesses da classe dominante para um Estado voltado para bem comum, para o público, ou seja, um gerenciador dos interesses dos trabalhadores e dos mais pobres. O PSOL é parte dessa construção, junto com novos movimentos/organizações que estão surgindo.

Desenvolvimento “transformador” depende de vontade coletiva, da identificação de quem seriam seus agentes e sua base social, significa mudar o caráter e o papel do Estado. Mudar o papel do Estado significa democratizá-lo e aumentar sua capacidade de planejamento e intervenção na atividade econômica, colocando-o a serviço da classe trabalhadora. Significa dotar o poder público de instrumentos de participação popular nas decisões das diversas áreas. Significa ter em mente que em nenhum momento da História o desenvolvimento e a justiça social foram obra das forças de mercado ou de determinado governo.

O nosso projeto de desenvolvimento é para os trabalhadores, trabalhadoras e deve garantir a melhoria dos serviços públicos, uma rede de proteção social eficiente, reforma agrária e urbana, estímulo à produção, uma expansão econômica sustentável, visando mudanças estruturais em uma perspectiva socialista. A viga mestra de nosso programa deve necessariamente ser: recuperar a capacidade de investimento, planejamento e intervenção do poder público. Tendo em mente ser necessário democratizar e tornar de fato público o Estado. Nossa plataforma é baseada nos interesses da classe trabalhadora, nas demandas dos excluídos e dos movimentos sociais.

Em consonância com esta compreensão, o Partido Socialismo e Liberdade em Mato Grosso deve ter por objetivo construir o poder popular, a partir da organização das classes oprimidas, trabalhadores e das trabalhadoras para o enfrentamento cotidiano da exploração de classe.

**Buscando mobilizar a classe trabalhadora contra as amarras que a aprisionam, compreendemos o período eleitoral como um momento importante, não para conquistar gabinetes, mas para dialogar com a população, debater com ela nossa forma de enxergar os problemas do estado, para explicar as medidas que propomos e que, uma vez no poder, implantaremos.**

## 1. ESTADO

*O agronegócio requer um tipo de trabalho mal remunerado e precarizado, para o que se constitui um Estado autoritário que guia a vida coletiva exclusivamente sob seus interesses. Assim, deprecia a cidadania do povo, inclusive em sua política tributária que isenta os mais ricos e cobra altos impostos dos mais pobres. Com isso, faltam recursos para a saúde, educação, cultura, segurança pública etc. o que leva a desqualificação dos serviços públicos em virtude dos lucros do latifúndio que são apropriados exclusivamente de forma privada, sem se reverter como qualidade de vida aos trabalhadores(as) que são quem criam a riqueza. A desigualdade que começa no ciclo do latifúndio se propaga a toda a sociedade mato-grossense, não só no campo mas também nas cidades.*

- Política estadual de estímulo à industrialização sustentável de Mato Grosso, de modo a produzir mais e distribuir melhor a riqueza da produção no Estado.
- Auditoria cidadã da dívida pública estadual.
- Revisão das Políticas de Isenção fiscal praticadas pelo executivo de Mato Grosso.
- Buscar junto ao Governo Federal a elaboração de um plano progressivo de cobrança fiscal de grandes propriedades e setores que acumulam riqueza
- Buscar junto ao Governo Federal, Senado, Câmara dos Deputados e outros Estados com economia predominantemente primária a revisão da Lei Kandir que desonera a exportação de produtos primários e semi elaborados trazendo grande perdas de receita aos Estados sem sua restituição.
- Suspensão da Emenda Constitucional do teto de investimentos do governo do Estado.
- Diminuição do ICMS por meio do combate à sonegação e da redução de incentivos fiscais.
- Fim das emendas parlamentares individuais e combate ao clientelismo.
- Revisão da dívida ativa (créditos a favor do estado) e cobrança dos grandes devedores.
- Fortalecimento dos serviços públicos gratuitos e de qualidade – fim das terceirizações no âmbito das políticas públicas estado de forma a incentivar e qualificar os serviços via execução direta.
- Fim do modelo de “Organizações Sociais” na gestão da saúde, iniciado por Silval Barbosa e continuado por Pedro Taques realiza uma enorme transferência de renda para o setor privado garantindo excelentes condições, às expensas do dinheiro público, para essas instituições, que por sua vez fornecem serviços de baixa qualidade.
- Compatibilização da oferta de serviços públicos em relação à demanda, **por meio de políticas de cofinanciamento aos municípios**, ampliando o número de escolas, Centros de educação infantil (creches), hospitais, CRAS, postos de saúde, etc. à quantidade que a população necessita;
- Valorização dos planos de cargos e salários com tratamento isonômico entre as carreiras.
- Fortalecimento da política de formação/capacitação permanente dos servidores públicos estaduais.

- Fortalecimento da política de assistência social para o atendimento de crianças, adolescentes e jovens empobrecidos, bem como idosos, qualificando os serviços de acolhimento Institucional.
- Fomento de política de ampliação de Centros de educação infantil repassando recursos aos municípios buscando suprir a defasagem de vagas.
- Ampliação do orçamento do estado para a educação expandindo a rede pública de ensino e implantando efetivamente a escola de tempo integral.
- Redução do número de alunos por sala de aula e ampliação da rede, através de reformas das escolas existentes e construção de novas unidades.
- Projeto político-pedagógico – ensino, aprendizagem, avaliação – formulado com a participação da comunidade envolvida.
- Promover segurança pública através da expansão da oferta de serviços públicos, gratuitos e de qualidade de saúde, educação, esporte e cultura, priorizando regiões de maior vulnerabilidade social.
- Estruturação da rede pública de saúde no interior do Estado de MT, fomentando a descentralização do atendimento (nos três níveis de complexidade);
- Constituição de conselhos populares para a gestão dos serviços públicos, por território, apreciando e deliberando sobre os orçamentos, equipes, etc. – isso inclui a gestão participativa do orçamento.
- Congressos populares anuais, contando com prévias nos conselhos populares, para delineamento (monitoramento, avaliação e proposição) das políticas governamentais do ano seguinte;
- Combate a fome, com a ampliação de restaurantes populares, em parceria com a agricultura familiar, fazendo com que o alimento produzido pelo povo mato-grossense sirva para matar a fome do nosso povo.
- Compromisso com a manutenção da alíquota da contribuição previdenciária das servidoras e servidores públicos do Estado.
- Ampliação da rede estadual de hospitais, garantindo a assistência médica à população em tempo hábil, a começar pelo atendimento das áreas mais vulneráveis.

## 2. TRABALHO, EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

*Vivemos na aurora da quarta revolução industrial e tecnológica. Estamos na era da internet das coisas, dos drones, dos big data, impressão 3D, etc, entretanto, a população mato grossense, principalmente a juventude ainda está estagnada em uma antiga forma de trabalhar e de se pensar o trabalho. Este trabalho ora se concentra no serviço público mas também em grande parte é representado pelo trabalho duro no campo, na construção civil ou executando funções com remuneração baixíssima. Se apropriar da ciência e tecnologia é obrigação de qualquer país e estado soberano. A ciência e tecnologia não devem ser acúmulos que aprofundem desigualdades, mas que permitam a busca de sonhos e felicidade, de emancipação, de descolonização, que distribua de fato a riqueza acumulada e que permita a nós desenvolver outras atividades que nos engrandecem individualmente e coletivamente. Tirar a educação e a ciência da condição de dependência externa é essencial para permitir que a população matogrossense de fato decida seus rumos.*

- Universalização da oferta de educação: nas cidades descentralizando a oferta de escolas por bairros e, no campo, estimulando a educação rural por meio de núcleos de trabalhadoras rurais, voltando a educação para contextos locais e regionais do Estado.
- Atenção especial voltada à educação e resgate cultural junto à juventude dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais. Tanto educação de base (em aldeias, quilombos, territórios ribeirinhos, entre outros) quanto o estímulo à formação universitária de nível superior dos povos.
- Formação da juventude dos povos tradicionais para atuar nos territórios de origem.
- Fortalecimento estrutural e de recursos humanos da Universidade do Estado (UNEMAT), voltando a educação superior e pesquisa científica para a análise e resposta dos problemas regionais e socioambientais do Estado.
- Eleições populares de diretorias de escolas, faculdades e universidades.
- Empresa estadual de patentes e tecnologia, para viabilizar soluções tecnológicas regionais e locais, tecnologias e modos de produção ancestrais e aproximar a juventude da produção e aplicação científica.
- Fortalecimento de cooperativas de pequenos e médios produtores por meio de assistência técnica que privilegie o escoamento (dentro e fora do país) da produção destes setores (Tecnologia da Informação, Comunicação, Assessoria jurídica, comercial). As cooperativas também devem ter papel decisivo em formar a juventude do campo para a gestão destas, em curto e médio prazo.
- Implantação efetiva de uma Política Estadual de Turismo, que permita o aproveitamento sustentável da atividade no estado, com altíssimo potencial de geração de empregos, associada a preservação ambiental e também resgate histórico-cultural.
- Formação técnica e de nível superior a guias turísticos e fortalecimento das associações locais de guia (assistência técnica, tecnologia da informação, assessoria técnica-jurídica e de projetos).

- Ampliar e fortalecer agências de fomento priorizando principalmente o fomento de atividades produtivas geradoras de emprego e renda e para o crédito às populações de baixa renda.



### 3. CIDADES

*A lógica de distribuição dos espaços urbanos segue a mesma lógica do que ocorre no campo. Em substituição ao latifúndio, o poderio econômico, por meio da acumulação e especulação imobiliária, faz com que o acesso à cidade seja de poucos, privilegia investimentos em determinados setores e não garante o acesso e direito amplo à cidade e seus espaços. A classe trabalhadora é deslocada para longe do seu local de trabalho, é tratada com violência pela própria polícia. A interação entre as pessoas e os espaços verdes das cidades é cada vez menor, enquanto se movimentar depende cada vez mais de alternativas individuais, como o carro. Retomar o direito à cidade, ao uso e melhoramento dos espaços públicos, criando identificação entre as pessoas e os espaços urbanos, áreas verdes e serviços públicos - incluindo uma política de segurança urbana que não reprima as periferias em detrimento da segurança dos bairros mais ricos.*

- Pensar os programas de moradia popular, adaptados à realidade climática do estado, utilizando técnicas tradicionais e ancestrais já existentes e outras a serem desenvolvidas no Estado.
- Estímulo e assistência técnica à autoconstrução e autogestão dos espaços de moradia urbana, adaptados às diferentes realidades socioambientais do Estado.
- Promover junto aos municípios uma política de IPTU progressivo como forma de proteção às pessoas mais vulneráveis economicamente que já aderiram à programas populares de moradia. É preciso proteger as cidadãs e cidadãos comuns da especulação imobiliária e de outros interesses econômicos que tendem a inviabilizar a permanência dessas pessoas em suas residências.
- Política Estadual de Reforma Agrária e Urbana e regularização fundiária de forma a reverter o quadro caótico da regularização fundiária no Estado.
- Fomentar a Política Estadual de Resíduos Sólidos. O foco desta política deve ser a saúde preventiva e também logística reversa de resíduos de grande porte.
- Fomentar a Política Estadual de Saneamento Básico, na qual o executivo do Estado deve minimamente articular setores para realizar 100% do saneamento básico nas cidades mato-grossenses.
- Utilizar as Áreas de Proteção Permanente (APPs) como Parques horizontais e para rearboração de espécies nativas, de forma a promover interação da população das cidades com as zonas verdes, rios e nascentes.
- Implementação de política de acesso democrático e sustentável aos balneários e Parques Estaduais, eliminando a apropriação privada dos rios e cachoeiras, garantindo efetivo acesso da população ao que é do seu território;
- Estimular a função social dos centros históricos das cidades de Mato Grosso para a retomada da nossa história, utilizando prédios públicos e tombados para albergues, atividades culturais amplas, museus e bibliotecas.
- Revitalização dos espaços e prédios históricos das cidades de MT de modo a preservar elementos da identidade histórica local;

- Criação de centros culturais-gastronômicos nos bairros, estimulando a identificação cultural das habitantes e dos habitantes urbanos com a cultura matogrossense.
- Fortalecer as feiras urbanas, de modo a estimular também a agricultura familiar e a criação de um vínculo socioambiental da população urbana com a rural. Nesse sentido, as feiras são estimuladoras cíclicas dos cinturões verdes de alimento ao redor das maiores cidades do Estado.
- Diagnóstico de fluxos urbanos para as cidades e regiões metropolitanas matogrossenses para a construção de uma política de transporte público efetiva;
- Proposição de um novo marco regulatório que democratize a gestão do sistema de transporte, facilite a fiscalização pelo poder público e pela população e garanta a transparência na formulação e execução desta política.
- Estímulo de múltiplos modais nos meios urbanos (bicicleta, transportes coletivos em geral), principalmente com a construção de ciclovias, visto que a bicicleta, durante muitos anos, foi o principal meio de transporte em Mato Grosso.

#### 4. OPRESSÕES

*A desigualdade social cada vez mais profunda e as opressões cotidianamente vividas por nós no estado de Mato Grosso têm sua raiz, sua origem, em múltiplas ondas de colonização latifundiária, patriarcal, escravista, extrativista e coronelista. A violência que ocorre com leniência do Estado, é cada vez mais intensificada pelo aumento do lucro do latifúndio e os poucos donos do dinheiro. Devido ao imenso monopólio das terras e dos negócios em Mato Grosso e com as isenções de impostos ao agronegócio, pouquíssima parte dos lucros bilionários obtidos no estado é revertida para a economia local e para políticas que poderiam melhorar as condições de vida de nós trabalhadores.*

- Implementar e qualificar os serviços de acolhimento institucional.
- Ampla política de promoção da igualdade de raça, etnia e sexo.
- Ouvidoria sob controle dos conselhos populares para receber e encaminhar denúncias de práticas de preconceito e discriminação.
- Implementação de uma rede de atenção psicossocial em todo o território de Mato Grosso.
- Fomentar o trabalho do Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT), para dar agilidade no processo de titularização das terras urbanas e rurais.
- Atuar no sistema penitenciário tendo como horizonte a ressocialização.
- Política de formação continuada do corpo efetivo dos policiais, em parceria com as Universidades.
- Medidas socioeducativas não devem ser repassadas à segurança pública. Precisam ser mantidas na pasta de direitos humanos e atendidas pela oferta de serviços sociais.
- Apoio aos municípios na manutenção de albergues para população de rua e pessoas em trânsito.

## 5. TERRITÓRIOS E MEIO AMBIENTE

*Mato Grosso é um território mundialmente importante, está entre os espaços do mundo que mais contém fontes de água, diversidade de povos e formas de vida tradicionais, produção de comida e biodiversidade. A abundância de condições e recursos no Estado vive em contradição com diversos processos que geram escassez, perdas e pobreza. O Estado tem negligenciado, sob pressão do poderio econômico, milhares de hectares de terras destinada à conservação da biodiversidade e manutenção dos modos de vida ancestrais e tradicionais. Mato Grosso não protege a sua vasta diversidade de sementes nativas, indígenas e crioulas, deixando-as expostas sem critérios ao uso de transgênicos e excesso de venenos. Vem falhando também na proteção prioritária de suas águas e zonas úmidas, envenenando rios, afastando a população do real e possível uso sustentável da água. Estas mazelas ocorrem para dar lugar à retirada de madeiras, produção de grãos (soja, milho), algodão e boi, extração de minérios e barramento de rios para conseguir energia. Porém vemos que a sociedade pouco se beneficia deste processo, as cidades mato-grossenses apresentam problemas básicos de regularização fundiária e saneamento básico, a distribuição de renda é precária. Para sair deste cenário, precisamos romper o ciclo do latifúndio, que nos coloca em posição de atraso e de dependência de um modo de produção altamente concentrador de renda.*

- Política de incentivo na produção da agricultura familiar, agroecologia e agrofloresta. Essa política deve consistir de incentivo fiscal, financeiro mas também de assessoria técnica, financeira, jurídica e comercial a estes setores.
- Incentivo à Política de segurança alimentar nos territórios como forma de prevenção de problemas de saúde, muitos relativos à deficiência nutricional nos territórios.
- O fomento à economia solidária, estabelecendo bases que reduzam a distância entre a produção de alimentos e o destino final de consumo, reduzindo custos ambientais do transporte a longas distâncias da produção.
- Política Estadual de Educação Ambiental, esta que deve envolver, além de escolas e universidades, órgãos públicos e suas respectivas ações de gestão e educação ambiental.
- Estudo e avaliação cumulativa de impacto socioambiental dos Empreendimentos Energéticos no Estado, principalmente as Pequenas Centrais Hidrelétricas nas cabeceiras das Bacias do Guaporé, Alto Paraguai, Araguaia, Xingu e Tapajós.
- Incentivo ao desenvolvimento regional de fontes alternativas de energia.
- Incentivo à instalação de Comitês de Bacia Hidrográfica e conselhos populares de gestão das águas.
- Revisão das outorgas de direito de uso de água concedidas às indústrias e ao agronegócio, especialmente, no que concerne àquelas que são hidroativas e grandes emissoras de gases do efeito estufa.
- Proteção específica para as zonas de cabeceiras e nascentes de rios, banindo qualquer atividade que venha colocar em risco estas áreas.

- Políticas públicas que visem fomentar e incentivar as técnicas de agricultura com base ecológica.
- Políticas públicas voltadas à proteção dos profissionais socioambientais, de modo a garantir sua independência de atuação na avaliação de impactos socioambientais.

## 6. ESPORTE, CULTURA E LAZER

O Estado de Mato grosso possui um rico cenário cultural. Contamos com música, literatura, enfim, diversas manifestações culturais próprias. As periferias se destacam na produção cultural que ocupa as praças das cidades.

Verificamos, porém, que se reconhece como cultura as manifestações provenientes das elites, enquanto as expressões culturais das periferias são tratadas com repressão. Nosso compromisso é o de socializar e retomar o acesso ao consumo e produção de cultura e lazer na totalidade do território do Estado de Mato Grosso, através de ações que elencamos abaixo:

- Incentivo de ocupação de espaços públicos (praças, teatros, quadras, ginásios, etc.) com atividades de cultura, esporte e de lazer, fomentando processos de auto-organização destas atividades no âmbito estadual;
- Efetivação de concursos públicos de arte-educador e educador físico para oferta de atividades culturais e esportivas nos diversos serviços e espaços públicos do campo e da cidade.
- Organização, com participação dos conselhos populares, de festivais estaduais de música, literatura, poesia etc. com o intuito de fomentar o esporte e a cultura local.
- Oferta de bolsas de fomento à arte e esporte àqueles e aquelas que se destacarem no campo da cultura e do esporte vislumbrando sua profissionalização como artista/esportista ou professor daquilo que faz;
- Construção de praças, palcos, quadras, ginásios que oportunizem o acesso ao esporte, cultura e lazer.
- Fortalecimento da interlocução entre as políticas de cultura e educação no âmbito estadual, fomentando também atividades de cultura, esporte e lazer para a educação infantil e ensino fundamental.
- Ampliação do orçamento estadual para o Fundo Estadual de Política Cultural de Mato Grosso para o financiamento das ações propostas.
- Fomento às rádios comunitárias, em parceria com as universidades;
- Fomento às múltiplas mídias alternativas e populares (rádios comunitárias, TVs, jornais, mídias sociais, etc.), em parceria com as Universidades;
- Criação de uma empresa pública estadual de cinema e produções multimídias; e criação de rádio e TV públicas estaduais como parceiras das rádios e TVs comunitárias.
- Consolidação de um plano estadual de turismo cultural-esportivo-ecológico, com calendário anual de eventos que priorize as tradições populares e as manifestações alternativas não mercantilizadas.
- Efetivação da inserção do estado no Sistema Nacional de Cultura e implantação efetiva do Plano Estadual de Cultura.